

Planova Planejamento e Construções S/A.

CNPJ 47.383.971/0001-21

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2020

Balancos Patrimoniais em 31 De Dezembro 2020 - (valores em milhares de reais)			Demonstrações do Resultado - (valores em milhares de reais)		
Ativo	2020	2019	Passivo e Patrimônio Líquido	2020	2019
Ativo Circulante	220.213	167.498	Passivo Circulante	188.733	91.975
Caixa e Equivalentes de Caixa	5 30.584	20.453	Fornecedores	11 39.180	12.172
Clientes	6 74.537	31.281	Empréstimos e financiamentos	12 11.961	19.842
Conta Corrente Consórcio	15.481	16.084	Obrigações Sociais e Trabalhistas	22.828	8.323
Imposto e Contribuições a Recuperar	7.870	2.701	Obrigações Tributárias	1.687	917
Partes Relacionadas	8 58.529	75.057	Parcelamento Tributário	13 8.538	8.221
Outros Créditos	32.088	20.793	Conta corrente Consórcio	8.993	9.257
Despesas Antecipadas	1.124	1.129	Partes relacionadas	8 1.303	500
Ativo Não Circulante			Adiantamento de clientes	83.237	27.784
Realizável a Longo Prazo	64.887	58.982	Outras Obrigações	10.578	4.669
Clientes	6 38.268	37.880	Arrendamento mercantil	428	290
Partes Relacionadas	8 -	-	Passivo Não Circulante		
Outros Créditos	264	139	Exigível a Longo Prazo	62.814	88.576
Adiantamentos para Futuro aumento de capital	9 1.967	1.598	Empréstimos e financiamentos	12 7.484	8.169
Depósitos Judiciais	2.107	1.656	Partes relacionadas	8 2.792	20.442
Tributos Diferidos	22.281	17.709	Provisões trabalhistas	14 1.738	1.738
Investimentos	9 87.417	86.490	Provisões perda Investimentos	626	626
Controladas e Coligadas	65.995	68.521	Parcelamentos Tributário	13 46.122	52.972
Outros investimentos	15.721	12.268	Tributos Diferidos	3.863	4.490
Propriedades para Investimento	5.701	5.701	Outras Obrigações	189	139
Direitos de Uso	403	290	Patrimônio Líquido	127.031	134.618
Direitos de Uso	403	290	Capital Social	265.514	265.514
Imobilizado/Intangível	10 5.658	1.909	Ajuste de conversão moeda estrangeira	3.679	204
Bens Tangíveis	9.302	5.039	Prejuízos acumulados	(131.100)	(129.489)
Bens Intangíveis	328	211	Lucro/Prejuízo do exercício	(11.062)	(1.611)
(-) Depreciação/Amortização Acumulada	(3.972)	(3.341)			
Total do Ativo	378.578	315.169	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	378.578	315.169

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o Período findo em 31/12/2020 - (valores em milhares R\$)

Historico	Capital	Ajuste avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
SALDO EM 31/12/18	293.956	(261)	(127.983)	165.713
Cisão - Planova Infraestrutura 01/2019	(28.442)	-	-	(28.442)
Incorporação Opus 4 - 03/2019	-	-	(1.506)	(1.506)
Outros Resultados Abrangentes - variação cambial de investimentos no exterior	-	465	-	465
Prejuízo do Exercício	-	-	(1.611)	(1.611)
SALDO EM 31/12/19	265.514	204	(131.100)	134.618
Outros Resultados Abrangentes - variação cambial de investimentos no exterior	-	3.474	-	3.474
Prejuízo do Exercício	-	-	(11.062)	(11.062)
SALDO EM 31/12/20	265.514	3.678	(142.163)	127.031

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Referentes aos Exercícios findos 31/12/2020 e 2019 - (Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto Operacional: A PLANOVA Planejamento e Construções S.A. (a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado. Foi fundada em 1975, sendo hoje uma empresa que atua no sistema SGI – Sistema de Gestão Integrada nas áreas de construção civil, montagens industriais e um player no setor de EPC – Engineering Procurement and Construction nos segmentos de petróleo e gás, petroquímica, geração e transmissão de energia, produção de açúcar e álcool, processamento e reciclagem de lixo. Tem por principais objetivos operacionais as atividades de Construção Civil em geral, além da participação no capital de outras empresas. **2 Resumo das Principais Políticas Contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 27 de abril de 2021. **2.1 Base de preparação:** A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade estão divulgadas na Nota 3. **(a) Demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade. As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidência a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas, sendo que as informações relevantes estão sendo evidenciadas correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. **(b) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.2 Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: **(a) Prestação de serviços de empreitada:** A receita de um contrato para prestação de serviços de empreitada é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão do contrato. O estágio de conclusão dos contratos é assim determinado: As receitas de prestação de serviços decorrentes dos serviços de empreitada são reconhecidas por ocasião da medição do progresso físico das obras, independentemente de seu recebimento. As medições são realizadas por engenheiros devidamente habilitados. **(b) Acordos de controle em conjunto:** De acordo com o CPC 19 (R2) (IFRS 11), os acordos de controle em conjunto são divididos em dois tipos, a saber: • Operação conjunta: é uma operação na qual as partes controladoras em conjunto, conhecidas como operadores em conjunto, têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos, relacionados a esse acordo. • Joint Venture: é aquela por meio da qual as partes controladoras em conjunto, conhecidas como joint ventures, têm direitos sobre os ativos líquidos (ou seja, patrimônio líquido). **(c) Receita financeira:** Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método de taxa efetiva de juros. **(d) Imposto sobre vendas:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e • valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas. O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo e alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. **2.4 Ativos financeiros:** **(a) Classificação e mensuração:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, mensurados ao valor justo através do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **(b) Empréstimos e recebíveis:** Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. **(c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante e não circulante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. **2.5 Contas a receber:** As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas, quando for o caso, da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para crédito de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que os clientes não serão capazes de liquidar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. **2.6 Outros ativos circulante e realizável a longo prazo:** São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante. **2.7 Investimentos:** Consistem em investimentos em controladas e coligadas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial avaliadas pelo custo de aquisição. Os movimentos cumulativos após as aquisições são ajustados contra o custo do investimento. Ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas controladas são eliminadas na medida da participação da Companhia; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (impairment) do ativo transferido. **2.8 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamentos relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes não incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quanto for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenção são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos/(perdas), líquidos" na demonstração do resultado. **2.9 Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. **2.10 Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas. **2.11 Outros passivos circulante e não circulante:** Os demais passivos circulante e não circulante são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante. **2.12 Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado com base no lucro real. O imposto de renda e a contribuição social são recolhidos mensalmente sobre bases de cálculo apuradas através de balancetes de verificação, suspensão ou redução, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente. **2.13 Tributos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, quando aplicável. Os tributos e contribuições diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os tributos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. **2.14 Provisões:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. **2.15 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registros e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. De acordo com a análise realizada sobre as operações da Companhia, a Administração concluiu sobre a não necessidade de constituição de provisão para ajuste a valor presente. **2.16 Instrumentos financeiros:** Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos,

Operacionais	2020	2019
1) Fluxo de Caixa Proveniente das Atividades Operacionais	2020	2019
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício	(11.062)	(1.611)
Ajuste de reconciliação do lucro do exercício para o caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
Depreciação e Amortização	776	434
Resultado de Equivalência Patrimonial	(219)	(9.282)
Impostos de Renda e Contribuição Social diferidos	(5.030)	(1.577)
Provisão juros sobre empréstimos	(1.949)	(1.339)
Total	(17.484)	(13.375)
Variação de Ativos e Passivos		
Clientes	(42.934)	(17.263)
Impostos e contribuições a recuperar	(5.496)	(1.251)
Outros créditos	(7.341)	22.819
Despesas Antecipadas	5	393
Depósitos judiciais	(451)	(504)
Fornecedores	27.009	(208)
Obrigações Sociais e trabalhistas	14.507	2.914
Obrigações e Tributárias	769	(830)
Outras Obrigações	7.647	2.783
Adiantamento de clientes	55.453	27.160
Cisão - Planova Infraestrutura	-	(28.442)
Parcelamentos tributários	(6.533)	(4.485)
Caixa Originado nas Atividades Operacionais	42.635	3.086
Disponibilidades Líquidas Geradas pelas Atividades Operacionais	25.151	(10.289)
2) Atividades de Investimento		
Aquisição de Participações	(547)	(444)
Aquisição de Ativo Imobilizado	(4.508)	(806)
Bens Intangíveis	(576)	-
Venda de imobilizado/investimentos	244	4.945
Baixa investimentos	-	-
Caixa Aplicado nas Atividades de Atividades de Investimento	(5.387)	3.695
3) Atividades de Financiamento		
Captações de empréstimos e financiamentos - Principal	47.144	41.071
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - Principal e juros	(55.208)	(42.790)
Partes relacionadas	(1.569)	16.350
Caixa Aplicado nas Atividades de Financiamento	(9.633)	14.631
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalente de Caixa	10.131	8.037
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalente de Caixa	10.131	8.037
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	20.453	12.416
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	30.584	20.453

Demonstração do Resultado Abrangente para o Período findo em 31/12/2020 - (valores em milhares R\$)

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	(11.062)	(1.611)
Outros Resultados Abrangentes		
Variação cambial de investimentos no exterior	3.474	465
Total do resultado abrangente	(7.588)	(1.146)

assim como contas a pagar e outras dívidas. Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, de quaisquer custos de transações diretamente atribuíveis. **2.17 Arrendamento Mercantil:** Arrendamento é um contrato, ou parte de um contrato, no qual o arrendador transfere ao arrendatário, em troca de contraprestação, o direito de usar um ativo por determinado período. A Companhia aplicou a IFRS 16 apenas para os contratos vigentes em 2020 e que foram previamente identificados como arrendamento, atendendo ainda para os expedientes práticos previstos na norma para a isenção do reconhecimento de um arrendamento. Desta forma, o impacto mais significativo na adoção da IFRS 16 foi: • Aluguéis de imóveis não residencial para a instalação dos escritórios administrativos localizados em São Paulo e Barueri; • Valor mensal dos Aluguéis: R\$ 33.566,88. A Companhia utilizou as suas taxas de captação incremental de empréstimos e financiamentos simulados em banco renomado como taxa de desconto. Essa taxa leva em consideração o risco de crédito e foi ajustada ao prazo do contrato de arrendamento, o qual é ajustado anualmente pelo IGPM/FGV. O impacto produzido na demonstração de resultados a partir da adoção da IFRS 16 é a substituição do custo linear com aluguéis (arrendamento operacional) pelo custo linear de depreciação do direito de uso do ativo objeto desse contrato e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento às taxas efetivas de captação à época da contratação dessas transações. **3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativa com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contemplados a seguir. **(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos:** A Companhia está sujeita ao imposto de renda e a contribuição social. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão desses tributos. Em muitas operações, a determinação final dos tributos é incerta. A companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que os valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. **3.2 Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** As normas elencadas a seguir foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020, mas não tiveram impacto materiais para o Grupo: • Definição de material: alterações ao IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; • Definição de negócio: alterações ao IFRS 3/CPC 15 - Combinação de Negócios; • Reforma da IBOR: alterações ao IFRS 9/CPC 48, IAS 39/CPC 38 e IFRS 7/CPC 40 - Instrumentos Financeiros; • Estrutura Conceitual Revisada para Relatórios Financeiros; • Benefícios relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao IFRS 16/CPC 06(R2) - Arrendamentos. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia. **Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. • **Alteração ao IAS 16 Ativo Imobilizado:** em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. • **Alteração ao IAS 37 Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:** em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam direta-



mente ao cumprimento dele. • **Alteração ao IFRS 3 Combinação de Negócios:** emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. Considerando as atuais operações da Companhia e de suas controladas, a Administração não espera que estas alterações produzam efeitos relevantes sobre as demonstrações contábeis a partir de sua adoção. **4 Demonstrações contábeis consolidadas:** Apesar da PLANOVA Planejamento e Construções ser a controladora de outras entidades, a administração da Companhia optou em não apresentar as suas demonstrações contábeis consolidadas, em virtude dos seguintes aspectos: • A Companhia é subsidiária integral de uma holding, a qual não fez objeção quanto a não apresentação das demonstrações contábeis consolidadas; • Os instrumentos de dívida ou de capital da Companhia não são negociados em um mercado aberto (bolsas de valores no País ou no exterior) ou um mercado descentralizado de títulos não listados em bolsa de valores ou cujas negociações ocorrem diretamente entre as partes, incluindo mercados locais e regionais; • A Companhia não registrou e não está em processo de registro de suas demonstrações contábeis na Comissão de Valores Mobiliários ou outro órgão regulador, visando à emissão de algum tipo ou classe de instrumento em um mercado aberto; e • A Entidade controladora da Companhia disponibiliza ao público suas demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com os Pronunciamentos Técnicos do CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Cabe ressaltar que conforme divulgado na nota 2.2 (b) os acordos de controle em conjunto estão demonstrados, nas demonstrações contábeis da Companhia, de acordo com as normas contábeis vigentes - CPC 19.

5 Caixa e Equivalentes de Caixa	2020	2019
Caixa e bancos	75	992
Aplicações Financeiras	30.509	19.461
Total	30.584	20.453

Os saldos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 das operações realizadas por estes consórcios e registradas nas contas patrimoniais das controladas e controladas em conjunto são conforme demonstrado:

Descrição	Consórcios Ativos								Total 2020	Total 2019
	Planova_Via Pabreu	Construcap_Planova	Rual/Arc	Rual	Planova I	CDG	Planova II	Via		
ATIVO CIRCULANTE										
Disponibilidades imediatas	35	3	0	0	15	10	146	209	744	
Contas a receber de clientes	-	0	3.484	-	-	-	-	3.484	3.484	
Transações com consorciadas	34	24.929	300	5.059	-	-	-	30.322	30.293	
Outras contas ativas	4	0	3	256	951	928	128	2.270	2.400	
TOTAL CIRCULANTE	73	24.932	3.787	5.315	966	938	274	36.285	36.921	
ATIVO NÃO CIRCULANTE										
Outras contas ativas	9	-	25	5	13.178	-	138	13.355	13.402	
Imobilizado (Líquido)	2	-	-	6	-	25	-	33	53	
TOTAL NÃO CIRCULANTE	11	-	25	11	13.178	25	138	13.388	13.455	
TOTAL DO ATIVO	84	24.932	3.812	5.326	14.144	963	412	49.673	50.376	
PASSIVO CIRCULANTE										
Fornecedores	-	17	26	-	5	566	108	722	763	
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	-	359	-	359	0	
Obrigações e encargos trabalhistas	0	9	4	11	12	-	122	158	262	
Impostos e contribuições	-	11	-	-	-	-	16	28	27	
Transações com consorciadas	24	24.216	3.727	4.626	14.087	4	129	46.813	47.630	
Outras obrigações	18	84	55	689	40	33	37	956	1.057	
TOTAL CIRCULANTE	42	24.337	3.812	5.326	14.144	963	412	49.036	49.739	
ATIVO NÃO CIRCULANTE										
Impostos e Contribuições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outras contas a pagar	42	595	-	-	-	-	-	637	637	
TOTAL NÃO CIRCULANTE	42	595	-	-	-	-	-	637	637	
TOTAL PASSIVO	84	24.932	3.812	5.326	14.144	963	412	49.673	50.376	

8 Partes Relacionadas	31 de dezembro de 2020			
	Ativo		Passivo	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Companhias				
Krasis	-	-	-	-
Participações	58.472	-	-	1.128
Outros	57	-	1.303	1.664
Total	58.529	-	1.303	2.792
	31 de dezembro de 2019			
Companhias	Ativo		Passivo	
Krasis				
Participações	75.055	-	-	1.128
Outros	2	-	500	19.314
Total	75.057	-	500	20.442

9 Investimentos/AFAC:	A seguir, são apresentados os detalhes das principais controladas diretas da Sociedade no encerramento do período:					
	Lucro (Prejuízo) do período	Patri-Líquido	Capital social	Participação	Investimento	Equivalência Patri-Monial (Ano)
Sociedade Investida						
Planova Energia	506 (256)	61.111 (3.029)	7.061 (2.425)	98,30% (99,99%)	60.073 (3.028)	498 (256)
Onlypar	(24)	16.279	55.528	-	18.615	(23)
Outros						
Propriedade para investimentos					5.701	
					87.417	219
AFAC					1.967	
Total					89.384	

10.1 Redução ao valor recuperável dos ativos – Teste de Impairment: A Companhia efetua análises sobre a existência de evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (impairment ou deterioração). Para os ativos registrados por custo, a redução no valor recuperável é registrada no resultado do período. Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Na avaliação da Administração, inexistem indicadores de "impairment", sejam eles externos ou internos relacionados a fatos negativos que poderiam influenciar de forma relevante o desempenho dos ativos da Empresa. **10.2 Revisão da vida útil estimada:** Conforme Pronunciamento Técnico CPC 27, a Companhia revisou os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada dos ativos e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização, não identificando variações significativas no método/estimativa que já vinha sendo utilizada. Dessa forma, não houve ajustes na de-

6 Clientes	2020	2019
Órgãos/Empresas Públicas	22.511	20.676
Empresas privadas	89.778	47.605
Precatórios	418	782
Outros	98	98
Total	112.805	69.161
Ativo circulante	74.537	31.281
Ativo não circulante	38.268	37.880

7 Transações com consórcios: As operações com consórcios formados com participação da Companhia são registradas em "Conta Corrente Consórcios" à medida que são efetuadas remessas de numerário e que ocorrem os recebimentos. Além disso, mensalmente, as contas de resultado são refletidas pela Companhia, na proporção de sua participação, em suas correspondentes contas de resultado, com contrapartida em seu ativo ou passivo. Ao final do contrato objeto do consórcio, é efetuada a apuração de seu resultado e o conseqüente encerramento das contas. A Companhia mantém em 31 de dezembro de 2020 e 2019 participações em consórcios, com a finalidade exclusiva de aumentar a capacidade produtiva e operacional no desenvolvimento de projetos de interesse recíproco aos participantes:

Consortio	Participação (%)	Condição
Planova-Via	60%	Líder
Construcap Planova	49%	Participante
Consortio Planova Rural Arc	69%	Líder
Consortio Planova Rural	50%	Líder
Consortio Via Planova	37%	Participante
Consortio Via Planova II	50%	Participante
Consortio CDG Planova	50%	Participante

Descrição	Consórcios Ativos								Total 2020	Total 2019
	Planova_Via Pabreu	Construcap_Planova	Rual/Arc	Rual	Planova I	CDG	Planova II	Via		
ATIVO CIRCULANTE										
Disponibilidades imediatas	35	3	0	0	15	10	146	209	744	
Contas a receber de clientes	-	0	3.484	-	-	-	-	3.484	3.484	
Transações com consorciadas	34	24.929	300	5.059	-	-	-	30.322	30.293	
Outras contas ativas	4	0	3	256	951	928	128	2.270	2.400	
TOTAL CIRCULANTE	73	24.932	3.787	5.315	966	938	274	36.285	36.921	
ATIVO NÃO CIRCULANTE										
Outras contas ativas	9	-	25	5	13.178	-	138	13.355	13.402	
Imobilizado (Líquido)	2	-	-	6	-	25	-	33	53	
TOTAL NÃO CIRCULANTE	11	-	25	11	13.178	25	138	13.388	13.455	
TOTAL DO ATIVO	84	24.932	3.812	5.326	14.144	963	412	49.673	50.376	
PASSIVO CIRCULANTE										
Fornecedores	-	17	26	-	5	566	108	722	763	
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	-	359	-	359	0	
Obrigações e encargos trabalhistas	0	9	4	11	12	-	122	158	262	
Impostos e contribuições	-	11	-	-	-	-	16	28	27	
Transações com consorciadas	24	24.216	3.727	4.626	14.087	4	129	46.813	47.630	
Outras obrigações	18	84	55	689	40	33	37	956	1.057	
TOTAL CIRCULANTE	42	24.337	3.812	5.326	14.144	963	412	49.036	49.739	
ATIVO NÃO CIRCULANTE										
Impostos e Contribuições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outras contas a pagar	42	595	-	-	-	-	-	637	637	
TOTAL NÃO CIRCULANTE	42	595	-	-	-	-	-	637	637	
TOTAL PASSIVO	84	24.932	3.812	5.326	14.144	963	412	49.673	50.376	

10 Imobilizado/Intangível	Taxa de depreciação		2020		2019	
	%	Custo	Depreciação	Líquido	Valor	Líquido
Equipamentos de Informática	20%	891	467	424	222	
Ferramentas	20%	2.718	491	2.227	376	
Maquinas e Equipamentos	10%	3.037	447	2.590	903	
Moveis e Utensilios	10%	573	470	103	148	
Veiculos	20%	1.983	1.888	95	142	
Em andamento		100	-	100	101	
Software	20%	328	209	119	17	
Total		9.630	3.972	5.658	1.909	

16 Conciliação entre a Receita Bruta e a Receita Líquida	2020		2019	
	Receitas de Serviços	Receitas de Consórcios	Receitas de Serviços	Receitas de Consórcios
Receitas de Serviços	407.436	-	144.228	-
Receitas de Consórcios	-	14.396	-	14.396
Outras receitas	1.386	-	13.867	-
Total das Receitas	408.822	14.396	158.095	14.396
Deduções das Receitas				
Cofins	(209)	(584)		
Pis	(45)	(121)		
Iss	(16.872)	(4.892)		
Total de deduções s/receitas	(17.126)	(5.597)		
Receitas Líquidas	391.696	166.894		

17 Cobertura de seguros: Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a cobertura de seguros é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros. **18 Eventos subsequentes:** A Companhia está acompanhando os possíveis impactos do Coronavírus (COVID-19), seus reflexos na atividade econômica global, brasileira, e em seus negócios. Planos de contingências foram elaborados para manutenção adequada de suas operações sem prejuízos aos seus clientes e colaboradores. Devido à velocidade com a qual a situação do COVID-19 está se desenvolvendo, existe incerteza sobre os impactos financeiros dentro das operações da Companhia, sendo que até a data de autorização das demonstrações financeiras, não foi possível avaliar ou mensurar o risco em relação à atividade da Companhia e conseqüentemente qualquer impacto em suas demonstrações financeiras, no entanto, ressalta-se que não há risco na continuidade dos negócios ou deficiência de caixa, embora possivelmente ocorra impacto negativo nas operações financeiras durante o exercício de 2020.

19 Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Santo André, 27 de abril de 2021. **SAX AUDITORES INDEPENDENTES S.S.** - CRC 2SP 024845/O-2 - **Alexandre Ralf Slavic** - Contador CRC 1SP207032/O-5

20 Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Planova Planejamento e Construções S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Planova Planejamento e Construções S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase – Clientes/contas a receber no ativo não circulante:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 6, a Companhia possui créditos/valores a receber não circulante, relacionados a contratos de obras e retenções junto a órgãos/empresas públicas e privadas, no montante de R\$ 38.268 mil. Deste montante, R\$ 36.996 mil são oriundo de pleitos e/ou ações judiciais. A administração da Companhia, amparada na opinião dos seus assessores jurídicos, considera que tais valores são líquidos, certos e conservadores, quanto às ações judiciais em curso e também com relação à expectativa de recebimento. **Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Res-**

21 Fornecedores: Uma parte dos serviços contratados é efetuada por empresas que prestam ou subcontratam serviços de outras empresas. Os valores dos serviços contratados são elaborados de forma global a valores de mercado. As transações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019